

HERÓDOTO E SUAS *HISTÓRIAS*: ALGUMAS PERSPECTIVAS DE CONSTRUÇÃO DO CONHECIMENTO HISTÓRICO¹

Leandro Hecko²

RESUMO: Este artigo pretende refletir acerca da historiografia que versa sobre Heródoto e suas *Histórias*, partindo inicialmente dos modos de produção do conhecimento histórico, *grosso modo*, para em seguida atentar para a historiografia delimitada neste momento na década de 1980, que é quando aparecem algumas obras bastante importantes que trabalham especificamente com questões teórico-metodológicas na obra do historiador grego.

PALAVRAS-CHAVES: Heródoto; Historiografia; Teoria e Metodologia; Narrativa.

ABSTRACT: This article reflects on the historiography that deals with Herodotus and his *Histories*, starting initially in production methods of historical knowledge, roughly, for then to heed the enclosed historiography this time in the 1980s, which is when they appear some works quite important that work specifically with theoretical and methodological issues in the Greek historian's work.

KEYWORD: Herodotus; Historiography; Theory and Methodology; Narrative.

Introdução.

Este artigo tem o objetivo de analisar parte da produção historiográfica sobre as *Histórias* de Heródoto em torno da década de 1980, especificamente aquela que versa sobre questões teórico-metodológicas e aparentemente tem maior influência ou maior repercussão nos meios acadêmicos nesse período, bem como o período subsequente, o qual ainda não se encerrou. Para tanto vamos refletir sobre a questão da produção do conhecimento histórico como meio de entendimento da produção acerca de Heródoto que se renova a cada ano. Em seguida passaremos à análise de parte da historiografia no referido período para, enfim, observarmos suas ideias e contribuições para o maior entendimento das *Histórias* e de seu autor, bem como esboçar algumas percepções gerais sobre tal produção e dos encaminhamentos ainda possíveis.

As relações entre sujeito e objeto do conhecimento e suas implicações com a História.

“As teorias clássicas do conhecimento que prevaleceram nos séculos XVII, XVIII e XIX, todas pressupunham uma dicotomia aguda entre sujeito conhecedor e o objeto conhecido (...). Com

¹ Material desenvolvido durante nosso Mestrado em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

² Professor adjunto do curso de História da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, campus de Três Lagoas, atuando nas áreas de Antiguidade Clássica, Antiguidade Oriental e Teoria da História.

os êxitos da ciência moderna, essa perspectiva foi radicalmente modificada”. (Edward Hallet Carr)

Para compreendermos a forma como as *Histórias* de Heródoto foram interpretadas ao longo da História, é de vital importância atentarmos para como se dava a prática do historiador ao longo do tempo, compreendendo as relações entre o historiador e suas fontes, ou seja, sujeito e objeto do conhecimento. É dessa forma que queremos iniciar nossa análise da forma como Heródoto é lido hoje, mormente no que se refere à sua forma de ver, construir e interpretar a história humana.

A História considerada enquanto um tipo de conhecimento pressupõe, assim como toda outra forma de conhecimento, uma relação entre duas instâncias: sujeito cognoscente e objeto a ser conhecido. Esse pressuposto para que se produza um conhecimento histórico é ponto inicial para que se discuta esta mesma produção, levando em consideração o resultado: produto do conhecimento histórico. Neste texto vamos observar algumas questões, quais sejam: a) o conhecimento; b) sujeito e objeto do conhecimento; c) a singularidade do conhecimento histórico; d) sujeito e objeto do conhecimento no decorrer da história da História; e) mudança de paradigmas científicos e sua relação com a produção do conhecimento histórico e f) parte da produção mais recente sobre Heródoto. De forma geral pode-se resumir boa parte dessas questões numa única, a saber: as implicações da relação entre sujeito e objeto do conhecimento na produção da História, mas para sistematizar a exposição optamos por tal divisão.

Conhecimento pode significar um estado de não-ignorância, de elevação espiritual ou de desenvolvimento da consciência. A definição de o que é o conhecimento está ligada ao próprio intuito de buscá-lo e/ou possuí-lo. O que vamos fazer aqui é simplificar um pouco a questão do conhecimento a fim de apenas colocarmos algumas questões iniciais para se discutir um tipo de conhecimento específico: o histórico. Para tanto vamos nos deter a uma definição simples, contida em qualquer dicionário de filosofia, pois nosso olhar vai estar voltado à produção do conhecimento.

Conhecimento seria, conforme define Abbagnano, a disponibilidade de uma técnica empregada ao ato de inquirir um objeto, tendo como resultado uma consideração acerca desse objeto, consideração essa que desse a conhecer as características desse objeto (ABBAGNANO, 1999, 174). O conhecimento seria, portanto, a melhor exposição das definições e observações feitas a partir de um

determinado objeto, as quais têm como objetivo dar a conhecer o referido objeto. De forma geral pode-se colocar o seguinte, quanto à fabricação do conhecimento:

Sujeito do conhecimento

Objeto do conhecimento



Produto do conhecimento

Estes três pontos (sujeito, objeto e produto) seriam constituintes do chamado modelo universal de produção do conhecimento empregado pela ciência na constituição de seus saberes, tanto na física quanto na biologia ou na química. O modelo colocado acima é, como dissemos, universal. No entanto, há algo que pode influir muito no produto do conhecimento. Trata-se, pois, da relação entre o sujeito e o objeto. Os procedimentos para um estudo científico requerem basicamente o seguinte: um sujeito, algo a ser estudado (o objeto), a observação, questões a serem dirigidas ao objeto, etc. Esse seria resumidamente um método a ser seguido. Esse método e a questão do sujeito e do objeto são colocados desde a Antigüidade, com os chamados pré-socráticos, mas têm seu mais definido início com Platão e Aristóteles. Estes não usam esses nomes, no entanto nota-se a delimitação dos mesmos em suas práticas de pesquisa. Para os pré-socráticos o princípio do ato de conhecer era o de identificação, ou seja, conhece-se a partir de algo que se assemelha ao objeto de conhecimento, isto conforme Empédocles ou também Heráclito (ABBAGNANO, 1999, 174). Esta tradição postergar-se-á ao conhecimento ocidental, mas sofrerá alterações visando seu aprimoramento, principalmente a partir do século XVII d.C. No período medieval nota-se uma troca, digamos, da física aristotélica pela sua Metafísica. Com isso o conhecimento, mormente o científico que é o que nos interessa aqui, vê-se agrilhado frente ao “imaginário religioso”. Sua libertação dar-se-á pelos fins do século XVI. Nos séculos que seguem ao XVI surgirão teorias do conhecimento em que ficam mais claras, ainda, a divisão entre sujeito conhecedor e objeto conhecido, objetivando uma maior apreensão das características do objeto, sem a interferência do conhecedor. Este seria mediador entre não-conhecer e conhecer. Esta forma de encarar o conhecimento e a relação produtiva

do mesmo será imperativa a partir do século XVII, tendo seu auge no século XIX. O raciocínio pode ser resumido, grosso modo, da seguinte forma:

‘Conheço x’ significa (salvo limitações) que sou capaz de pôr em prática procedimentos que possibilitem a descrição, o cálculo ou a previsão de x portanto o significado pessoal ou subjetivo de C. deve ser considerado secundário e derivado: o significado primário é objetivo e impessoal.(ABBAGNANO, 1999, 174)

Um paradigma científico foi construído a partir dessa ideia, o chamado paradigma newtoniano-cartesiano. Em meio às ciências formais e naturais esse foi o paradigma imperativo e, no século XIX, vai influenciar também as ciências que tinham por objeto o homem. O homem é colocado em oposição ao seu mundo exterior, ao meio que o cerca. É apenas no início do século XX que vai acontecer uma revolução quanto ao paradigma científico. Os responsáveis por essa revolução são os avanços na atomística, a teoria da relatividade, dentre outras grandes inovações e descobertas no campo das ciências, principalmente na física. Os paradigmas utilizados para a prática da ciência em sua maioria distinguem entre si pela forma como se observa o objeto, pela posição do sujeito frente a esse objeto e pelo resultado. Considerando-se o paradigma newtoniano-cartesiano o sujeito deveria, digamos, neutralizar-se frente ao objeto, para que este pudesse ser conhecido inteiramente e sem interferências subjetivas. Tudo isso para que se pudesse também ter um conhecimento objetivo e verdadeiro. Aqui a ideia de verdade é bastante importante. É a busca de uma verdade científica, superior à teológica ou dotada de qualquer crença, que impulsiona a ciência.

A partir do início do século XX uma mudança de paradigma vai acontecer, como dissemos anteriormente. Uma visão onde a posição do sujeito é levada em consideração, ocorrendo um abandono da ideia de verdade absoluta, dando lugar a teorias, vai entrar em campo. Esse novo paradigma vai levar em consideração uma interação entre sujeito e objeto do conhecimento. A influência que este novo paradigma, ou esta nova ideia de teoria do conhecimento, vai causar nas mais variadas ciências é bastante significativa. Carr diz o seguinte:

As clássicas teorias do conhecimento não mais se adaptam à ciência mais nova e muito menos à ciência da física. Não surpreende que, durante os últimos 50 anos, os filósofos tenham começado a aborda-las em discussão e reconhecer que o processo de conhecimento, longe de

colocar sujeito e objeto distintamente separados, envolve uma medida de interrelação e interdependência entre eles.(CARR, 1996, 107)

Assim, sujeito e objeto interagem e essa interação deve ser levada em consideração, já que influi no resultado final da observação. A miríade de perspectivas possíveis, colocando, por exemplo, a posição do sujeito no gráfico de um espaço-tempo, deve ser observada. É sabido que no referido gráfico o posicionamento de um determinado ponto no tempo e no espaço vai influir no resultado final, pois tempo e espaço são variantes e a posição do sujeito, ou do ponto, por conseguinte, vai determinar este ou aquele resultado. De outra forma, podemos dizer que um indivíduo não é capaz de contemplar todas as perspectivas possíveis da realidade, sendo este indivíduo, um sujeito x capaz apenas de perceber o que está ao alcance de seus olhos. Sua percepção não é, destarte, falsa. Ela apenas é diferente da de um indivíduo y que está num lugar e num tempo diferentes. Ambas as posições, a de x e a de y devem ser levadas em consideração. O sujeito, portanto, vai estar ligado perspectivamente ao objeto e sua posição frente a esse objeto vai influir no resultado final. Com isso queremos dizer que as diferentes relações que diferentes sujeitos travam com um mesmo objeto, perspectivas da posição subjetiva, não são, necessariamente, falsas, elas apenas são fruto de um diferente posicionamento frente ao objeto.

Pois bem, com essa mudança de paradigmas, iniciada em primórdios do século XX, alterações ocorrerão em todas as ciências que tinham por paradigma o de Descartes e Newton. As ciências naturais, a física, a matemática, a biologia e a química vão dar novos rumos aos seus conhecimentos. As ciências mais novas, como a sociologia, a antropologia e a história vão ser também bastante influenciadas por esses paradigmas e, a produção dos seus conhecimentos vai estar ligada aos mesmos. A produção científica das chamadas ciências humanas sempre esteve ligada aos paradigmas das demais ciências e a mudança de tais modelos implica também a mudança de seus conhecimentos, bem como a utilização de novos métodos e novas técnicas, buscando um aprimoramento de seus conhecimentos.

A partir daqui vamos tomar como eixo a produção do conhecimento histórico frente a esses paradigmas, tratando a História enquanto uma ciência³, que tem como objeto o seu produtor: os homens no tempo (BLOCH, 1997). Assim vamos

³ Aqui não vamos nos deter no debate acerca da cientificidade da História nem aos seus desdobramentos devido à restrição dos nossos objetivos.

observar como a relação sujeito e objeto influem e já influíram em seu processo de produção do conhecimento. Vamos tratar da História como uma disciplina singular. Isso vai ficar claro no decorrer de nossa exposição.

Vamos traçar um pouco da história da História, *grosso modo*, observando o eixo das relações entre sujeito conhecedor e objeto conhecido, tendo como norteadoras as considerações de Guy Bourdè e Hervé Martin em *As Escolas Históricas*.

Desde a antiguidade clássica, quando se começou a escrever uma *história*, observa-se a relação que o escritor tem com aquilo que escreve, bem como a forma como procede em sua investigação. Para além da tradição oral dos *logographoi*, Heródoto é o primeiro a escrever uma *história* e a utilizar o próprio termo □□*historiês*, no singular, traduzido como investigação, □□lembrando o verbo □□*historio*, que quer dizer investigar, indagar ou inquirir. Essa pesquisa requer um método, o qual em Heródoto é um tanto “obscuro”. Ele coloca seus objetivos ao escrever sua *História*, que circulam em torno da memória dos feitos dos helenos e dos bárbaros (HERÓDOTO, I,1)⁴, mas o método pode ser apreendido apenas implicitamente. Baseia-se numa tradição oral, em suas observações de viagens, investigações junto a habitantes dos lugares por onde passa, alguns escritos como os de Homero, pequenos pensadores políticos de sua época ou mesmo algum filósofo não referenciado. O que se observa principalmente é a sua forma de se portar enquanto um sujeito cognoscente. Heródoto não se distancia muito de seu objeto: os feitos humanos. Ele não se neutraliza frente a isso. Isso é perceptível quando se observam certos juízos levando-se em consideração sua cultura grega. Veja-se, por exemplo, no caso de seu posicionamento frente aos mitos e crenças dos gregos, ou também quando observa uma cultura diferente, como a dos Cítas⁵. Não há uma dicotomização aguda entre ele e seu objeto, senão que uma cultura, a helênica, serve de referência para que ele observe esse *orbis alterum* cultural, mas, imerso no ambiente estranho.

Já Tucídides é mais incisivo quanto aos seus objetivos. Em sua *História da Guerra do Peloponeso* ele demonstra primeiro a falta de rigor daqueles que escreveram anteriormente a ele (leia-se Heródoto, principalmente), para enfatizar que sua *história* é mais verdadeira que as outras. Sua relação com seu objeto é diferente

⁴ A referência às *Histórias* sempre será feita assim, apenas o número do livro em algarismo romano e o capítulo em algarismo arábico e daqui para frente também sem o nome de Heródoto.

⁵ Veja-se por exemplo: HARTOG, François. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro* (1999).

frente a de Heródoto, pois ele coloca aquilo que, segundo ele e vários daqueles que o estudam, vêm e que podem apreender do seu objeto. Tudo isso para que sua objetividade seja alcançada e seus escritos sejam mais confiáveis. Por isso ele viria a ser mais conclamado entre os historiadores do século XIX como mais próximo à sua aceção de História.

Em outros casos a escrita da *história* na antiguidade não foge radicalmente desses dois modelos apresentados, tanto a grega quanto a latina. O que muda é a forma da narrativa que, em alguns casos, ganha poeticidade, o que acaba por deturpar ou escamotear através de eufemismos certos acontecimentos, dando a eles maior ou menor importância. Pode acontecer de surgir um objetivismo mais acentuado ou da posição do sujeito ser alterada por si mesmo ou por questões ideológicas. Isso acontecerá bastante no período medieval, mas também até a *história* ser colocada no patamar de ciência, ou pelo menos de se discutir se ela é ou não uma ciência.

Na Idade Média o que se vê em termos do que seria uma produção historiográfica está voltado a interesses religiosos dos produtores ou daqueles que encomendam a produção (BOURDÉ & MARTIN, s.d., 13-43). O sujeito, escritor de hagiografias, anais, crônicas, biografias ou autobiografias, está sempre atendendo a certos interesses. Isto não quer dizer que os historiadores contemporâneos não possam ser tendenciosos, mas o serão em graus diferentes dos medievais! Os interesses de um rei, de uns clérigos ou os próprios interesses movem o ato de escrever algo “histórico”. Isto não retira a validade dos escritos, mas mostra apenas que o sujeito tem uma posição um tanto quanto definida frente ao seu objeto. Esta forma de se escrever vai se manter até que a História entre no meio das discussões sobre sua cientificidade.

No século XVIII e início do XIX começam as discussões sobre o método na pesquisa histórica. Vemos na “Alemanha” o surgimento duma nova consciência histórica, num contexto em que o país passava por uma grande erupção cultural. Aí surge uma escola, a metódica, que vai ter como expoente Leopold von Ranke. Surgem os primeiros manuais de pesquisa histórica, cujos métodos são construídos com o intuito de impor um maior rigor à pesquisa. Toda essa movimentação no campo do conhecimento histórico tem como objetivo validá-lo enquanto uma ciência, possibilitando atingir um maior grau de verdade, uma maior objetividade. Isso ocorrerá com maior atenção no século XIX (lembramos aqui do historicismo alemão, de fins do século XIX, representado por Dilthey, Windelband, Rickert, Simmel, Troeltsch, Meinecke). Isso ocorre quando os métodos das ciências naturais passam a ser utilizados

na história, buscando, assim como eles proporcionavam um melhor conhecimento do mundo dentro dessas outras ciências, aprofundar o conhecimento do homem e de sua sociedade (CARR, 1996, 991). Aqui, o reflexo da ciência de Descartes e Newton vai influenciar bastante, pois é assim que sujeito e objeto vão se separar, em busca de uma maior objetividade. Esse modelo dicotomizado vai influenciar todo o conhecimento histórico produzido até boa parte do século XX.

Em França surge o chamado positivismo, iniciado por Auguste Comte, que tem como objetivo fundar uma ciência que tenha por objeto a sociedade, inclusive postulando princípios científicos, leis, para seu entendimento. O positivismo quer, então, fundar uma física social (GARDINER, 1995, 94-96), capaz de estudar a sociedade e os homens da forma mais objetiva possível.

A escola metódica alemã vai influenciar também os franceses em sua produção historiográfica, graças a Langlois e Seignobos. Estes estudaram com Ranke e acabaram por levar o metodismo para seu país, desenvolvendo inclusive um material, um grande manual baseado no manual de Leopold von Ranke. Na França vai dar nome a essa prática metódica de positivismo, lembrando o positivismo comteano. Se formos sistematizar a intenção da escola metódica e daquelas que receberam sua influência, podemos constatar que o seu principal pressuposto assenta-se na tentativa de se conseguir uma maior objetividade na História, colocando-a no patamar de ciência. Assim, ao se observar o que dizem seus manuais, constata-se o seguinte: o sujeito deve neutralizar-se frente ao objeto para que este diga o que tem que ser dito e coloque os “fatos como eles realmente aconteceram” (BURKE, 1992, 14). Esta forma de encarar a História e sua produção vai passar a se chamar de tradicional.

É no início do século XX que uma transformação vai acontecer. Com as inovações no campo da ciência da física, principalmente no campo da atomística e da ideia da teoria da relatividade, que a História também vai se renovar. Isso é notado por alguns historiadores, que vêem que o historiador não poderia deixar de rever alguns conceitos frente a uma revolução de paradigma científico. Frente a essa mudança a relação do sujeito conhecedor também vai mudar. Diz Peter Burke “*Não podemos evitar olhar o passado de um ponto de vista particular (...) Nossas mentes não refletem diretamente a realidade*”(BURKE, 1992, 15). A posição do historiador frente aquilo que lhe serve de fonte também vai mudar. De uma objetividade irrefutável vai passar a dar margem ao olhar do sujeito. O historiador passa a ter um papel ativo frente ao

documento. Jacques Le Goff, ao prefaciando uma edição da *Introdução à História* de Marc Bloch, diz, referindo-se à posição que o historiador deve tomar frente a uma fonte:

...Não existem fontes propriamente ditas, ou, sobretudo, para que as fontes aflorem é necessário que o historiador se transforme em vedor; os factos não são fenômenos objectivos existindo para além do historiador, mas são o resultado do trabalho e da construção do historiador, criador de factos históricos...(BLOCH, 1997, 14)

Isso passa a ser pensado de forma bastante contínua, pois o objeto da história são os homens, como diz Bloch (BLOCH, 1997, 88). Assim:

Os seres humanos não são apenas as mais complexas e variáveis entidades naturais, mas também têm de ser estudados por outros seres humanos, não por observadores independentes, de uma outra espécie.(CARR, 1996, 104)

Seu objeto é então bastante singular. Como fica sua relação, a do historiador, com o seu objeto, os homens e/ou seus produtos? Se assim considerarmos, uma história séria e rigorosamente construída seria impossível. “*O ponto de vista do historiador entra irrevogavelmente em toda observação que ele faz; a história é atingida inúmeras vezes pela relatividade*” (CARR, 1996, 104). Isso, a relativização, ameniza um pouco a afirmação da total subjetividade do historiador. Mas será que numa observação apenas entra o preconceito ou algo que possa deturpar a história? Não. Não apenas isso entra na observação! Mas é verdade que o ponto de vista do historiador interfere no resultado final de sua observação (CARR, 1996, 105). Resumidamente o que podemos dizer acerca da forma como a História vai receber um novo paradigma científico, aquele que não separa agudamente sujeito e objeto, que leva em consideração a inter-relação e interdependência entre os mesmos, é que ela vai assimilar e passar a aplicar em sua pesquisa. É claro que esta assimilação não é unânime. Há aqueles que ainda se prendem ao paradigma tradicional que, no entanto, não impedem o aperfeiçoamento da História. Como evidencia Carr, para que o conhecimento histórico não seja empobrecido nem caia na descrença, o que se deve fazer sempre é exigir maior rigor daqueles que o produzem (CARR, 1996, 119).

Surgem, além do mais, novas ideias como a chamada Sociologia do Conhecimento, veja-se Karl Mannheim (1972), propondo uma nova Teoria do Conhecimento, que vai auxiliar na compreensão do agir do sujeito frente ao objeto. Segundo esta, deve-se observar a natureza e agir do sujeito, a construção subjetiva e

também a posição do pensador frente ao processo de produção do conhecimento. Essas ideias e suas aplicações para a História são elaboradas por Adam Schaff em *História e Verdade* (1995). O fato é que a História vai ser influenciada também por essa Sociologia do Conhecimento, a qual já é influenciada por outras ciências. Uma crítica que ainda é feita quanto a essa nova teoria do conhecimento é a de que ela ainda se prende na gaiola do sujeito-objeto-produto do conhecimento.

Conforme diz nossa epígrafe, é com o advento da ciência moderna que a dicotomia entre sujeito e objeto vai ser colocada de lado. Todas as ciências tendem a passar então a rever seus conhecimentos, levando em consideração a posição ativa do sujeito, conscientizando-se que o resultado final, o conhecimento, é determinado pela posição do cognoscente e de sua relação com o objeto. Essa ideia vai também influenciar a produção do conhecimento histórico. O historiador, ser humano, agente histórico e objeto do historiador, vai atentar para sua singularidade. A História passa a ser produzida por um indivíduo que pensa e age enquanto sujeito e objeto, mas que não deixa de ser rigoroso ao *conhecer a si mesmo* e a sua própria história. Desta forma podemos dizer que a produção da História sempre está ligada à forma de relação entre sujeito e objeto vista pelas teorias do conhecimento, desde as clássicas até as modernas. A produção da História sempre está ligada às revoluções de paradigmas científicos e a todas as transformações que ocorrem no interior de seus métodos relativos à obtenção e um resultado final, mas nunca imutável.

Novos olhares, novas questões.

“Sendo o contexto histórico uma circunscrição espacial e temporal em que interagem diferentes níveis e gêneros discursivos, em que diferentes práticas, conceitos e ideologias conflituam, interpenetram-se, afirmam-se ou são negadas, o desafio colocado à interpretação histórica consiste em dar conta desta riqueza e qualidade do contexto discursivo historicamente dado.” (Francisco Marshall)

Conforme dissemos na primeira parte, a forma do historiador se portar diante de seu objeto se altera ao longo do tempo, dependendo das circunstâncias que influem em sua prática de pesquisador. Com o advento da ciência moderna e de suas

implicações para com o produzir do historiador, a forma de o pesquisador agir diante do seu objeto vai se alterar, assim como o seu produto do conhecimento. Essa nova forma de se produzir o conhecimento é também fruto de diferentes formas de se ver e perceber o mundo que circunda o historiador.

Entre fins do século XIX e início do XX inicia-se na Europa uma transição entre diferentes formas de se ver, conceber e escrever a história. Aqui vamos observar algumas características básicas das duas tendências historiográficas que são o eixo dessa transição, denominando-as como Peter Burke as denomina na introdução do seu *A Escrita da História*: tendência tradicional (ou paradigma tradicional) e nova história⁶.

Dentro da tendência tradicional tínhamos uma história com eixo essencialmente político, narrativa, com uma “visão de cima”, baseada apenas em documentos oficiais, buscando a extrema objetividade, escamoteada na tentativa de se chegar a verdades absolutas sobre o passado, vendo a História como uma ciência, capaz de reconstruir o passado tal qual aconteceu, como diria Ranke. Com o fim do século XIX, junto a alterações de paradigmas nas ciências de forma geral (como a física e a química), a ideia que se tem de História sofre alterações. Pela nova história, que começa a se construir junto ao novo século, há uma alteração dos anteriores preceitos que delineavam a construção do conhecimento histórico. Seguindo esse novo paradigma tudo teria história, não apenas o político. Aqui, além da narrativa se configuraria uma análise de estruturas, conjunturas e de todas as mudanças na história, sejam de origem política, econômica, cultural ou mental, favorecendo-se uma história vista de variadas perspectivas, e não apenas de “cima”. Surge também a utilização de novos documentos, não sendo os oficiais os únicos. A questão de uma busca da verdade também dá espaço a certo irrealismo na história, onde a aproximação toma espaço da verdade.

Vemos com essa transição da forma de se conceber a História uma alteração de paradigmas para a produção do conhecimento histórico. É interessante notar a utilização dos conceitos “paradigma tradicional” e “nova história” por Burke, pois aqui não se está preso a uma “escola” historiográfica para se explicar as mudanças na disciplina histórica e sim a uma tendência, seja ela inglesa ou francesa, marxista, cultural, etc. o que se pode dizer é que em dois países essa nova tendência tomará grade

⁶ Para observar mais especificamente a forma como se dá a transição ou também outras modificações na historiografia ver Peter Burke (1992) em *A escola dos Annales* ou Guy Bourdê e Hervé Martin (s.d.) em *As escolas Históricas*, conforme referências bibliográficas finais.

importância: Inglaterra (História Social e Econômica) e França (com a chamada revista dos *Annales*). Temos então uma tendência a se mudar os paradigmas da História no início do século XX. Serão grandes as influências da sociologia, economia, antropologia, psicanálise, etc.

Haverá diálogos entre a historiografia britânica e francesa neste íterim, no entanto tais influências não são determinantes da forma como cada historiografia vai se configurar. Por se tratar dum período comum de mudança entre as ciências tanto características dos *Annales* quanto dos britânicos terão semelhanças. Eric Hobsbawm (1998), comentando os diálogos e as semelhanças entre historiografia britânica e *Annales* diz que os pontos em comum se assentam na influência marxista, onde ideias como a da metáfora da base e superestrutura, lutas de classes, história vista de baixo, junto à função social do historiador, configurariam as mais importantes aproximações entre tais historiografias.

As Histórias de Heródoto à luz de alguns historiadores da contemporaneidade.

“Ele vai bem, o velho Heródoto. É lido (pelo menos supõe-se), editado, glossado e interpretado. Estará satisfeito com isso?” (François Hartog)

Vemos, por conseguinte, que em meio a essas discussões, no universo acadêmico há certas questões que sempre estarão ligadas à produção científica, seja em questões metodológicas, seja na própria compreensão do conhecimento que se pratica. Aqui, ao se tratar do conhecimento histórico podemos atentar para a forma de sua produção pelos historiadores, as suas diferentes tendências e alterações de paradigma. Além disso, ao tratarmos, digamos, da produção mais recente, outros fatores devem também fazer parte do instrumental de análise. François Hartog, no prefácio ao seu *O Espelho de Heródoto* (HARTOG, 1999, 15-16) assinala elementos de importância central sobre a produção acadêmica: primeiramente, o ritmo da produção acadêmica; em segundo lugar as releituras de fontes; por fim, a atualização da historiografia de acordo com novos objetos, métodos e problemas.

Hartog observa esses itens principalmente na historiografia que trata de Heródoto, a qual nos interessa aqui e passamos a analisar a partir de agora. Para ele o

movimento e aumento da produção sobre Heródoto, principalmente após o ano de 1950, são fruto das releituras possíveis, graças aos novos métodos e perspectivas na pesquisa que objetivam acabar com a inatualidade do conhecimento, projetando novas questões aos escritos do autor, estabelecendo novos recortes. Essa projeção de novos métodos, perspectivas e recortes refletem uma mudança historiográfica também, assim como já dissemos anteriormente. Além de tudo isso há o ritmo de produção das universidades que, graças ao aprimoramento dos programas de pós-graduação, impulsiona os estudantes a produzirem para obterem seus títulos. É sobre essa ideia de Hartog e as discutidas alterações historiográficas do início do século XX, que vamos observar a historiografia que tem nosso tema em seu conteúdo. Trata-se, pois, de observar a historiografia que versa sobre Heródoto, mormente aquela que trata de caracteres teórico-metodológicos nas *Histórias* de autoria do historiador grego.

Como dissemos na introdução, nossa análise possuirá dois recortes: um temporal e um temático. O temporal é o que restringe a historiografia analisada na década de 1980. O temático é o que atenta para as questões teórico-metodológicas de produção do conhecimento histórico de Heródoto.

No prólogo da obra de Heródoto está lançado o princípio axiológico de sua narrativa:

Hêrodotou Halikarnêsseos historiês apodexis hêde, hês mête ta genomena ex anthrôpôn tôi chronôi exitêla genêtai, mête erga megala te kai thômasta, ta men Hellêsi ta de barbaroisi apodechthenta, aklea genêtai, ta te alla kai di' hên aitiên epolemêsan allêloisi. (I, 1)⁷

Primeiramente *histories apodexis* (exposição pública da investigação), para que “hês mête ta genomena ex anthrôpôn tôi chronôi exitêla genêtai, mête erga megala te kai thômasta, ta men Hellêsi ta de barbaroisi apodechthenta, aklea genêtai, ta te alla kai di' hên aitiên epolemêsan allêloisi” (para que feitos e maravilhas de gregos e bárbaros bem como as causas pelas quais lutaram não se percam com o tempo). Desse

⁷ Essa é a tradução de acordo com Mario da Gama Kury “*Os resultados das investigações de Heródotos de Halicarnassos são apresentados aqui, para que a memória dos acontecimentos não se apague entre os homens com o passar do tempo, e para que feitos e maravilhosos e admiráveis dos helenos e bárbaros não deixem de ser lembrados, inclusive as razões pelas quais eles se guerrearam.*”(I,1).

parágrafo ecoariam na historiografia que versa sobre Heródoto a *historiês*⁸ (investigação), a *megala*(grandeza) e *thômasta*(maravilha) as quais comportariam a grandeza da práxis humana e toda sua portentosidade trágica, daí a questão axiológica (PIRES, 1999, 148). Esse proêmio, possível certidão de nascimento da História (HARTOG, 2001, 43) também seria refletido em Aristóteles, ainda na tradição antiga, ao diferenciar o objeto do trabalho do poeta e do historiador. Este como se detendo ao que aconteceu (feitos humanos) e aquele ao que poderia acontecer (ARISTÓTELES, 1999, 47). E a partir de então o historiador grego muito seria criticado, desacreditado, interpretado, de forma que as mais variadas gamas historiográficas surgissem. Seria demasiado exaustiva uma análise de todas essas gamas, não obstante, optamos por delimitar nossa análise à parte da produção das duas últimas décadas que, malgrado aqui se restrinjam a uma pequena quantidade, refletem questões de ordem geral para o entendimento das problemáticas e interpretações do historiador grego. Aclaramos também não estarmos presos a nenhuma tendência teórica nem escola ligada a país, observaremos apenas a ordem cronológica do lançamento das obras e possíveis temáticas em comum.

Na década de 1980, Guy Lachenaud faz um balanço historiográfico dos estudos sobre Heródoto do século XX, dizendo sobre o repertório das óticas, intelectuais e político-ideológicas imbricadas na interpretação da obra:

...o triunfo do positivismo e da hipercrítica, a ascensão dos nacionalismos no entreguerras, a exaltação do artista criador de uma obra profundamente unificada, a importância crescente da crítica formal, temática ou estruturalista, a crise da ideologia do sujeito criador, a evolução da ciência histórica que redescobre o interesse da história social, da anedota significativa ou das mentalidades coletivas. (LACHENAUD apud PIRES, 2000, 2)

E é nesse mar de confluências de pensamentos, tendências e inovações historiográficas fruto do saber cumulativo que surge nosso primeiro autor a ser observado, François Hartog (1980) e o seu *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. A obra antes de tudo lança um olhar hermenêutico à narrativa

⁸ Aparece com essa conotação pela primeira vez em Heródoto, no sentido de investigação de acontecimentos passados para a memória. A palavra torna a aparecer mais 5 vezes no texto herodoteano (I,1-II,99-II,118 e 119-VII,96) e outras 364 em textos gregos.

herodoteana apreendendo a forma como o historiador grego cria um mecanismo de decodificação da cultura do *outro* para a cultura grega, o que Hartog chama de *retórica da alteridade*. Por outro lado, Hartog também enfatiza, e daí o efeito do espelho, que o olhar de Heródoto objetiva ver no *outro*, diferente, nada senão a si mesmo, uma vez que um dos mecanismos de construção da identidade é justamente aquele que se acentua na definição daquilo que é diferente do que se quer criar como identitário. Essa é uma contribuição bastante profunda que se pode atribuir à análise hermenêutica empreendida por Hartog. Por sua vez a análise hermenêutica de Hartog nasce das influências da antropologia histórica de Lois Gernet e Jean-Pierre Vernant, além das questões da escrita da história trazidas por Michel de Certeau as quais também contribuirão para descortinar um novo horizonte epistemológico aos pesquisadores que posteriormente abordarão as *Histórias*. Primeiramente temos uma contribuição na ampliação do horizonte historiográfico descortinado por Hartog: o da antropologia histórica, que por si só já projeta novos problemas, métodos e objetos. Em seguida, analisando a questão da construção do conhecimento histórico, mais voltado ao texto herodoteano, Hartog discute os objetivos da escrita e faz uma aproximação ligeira com a escrita do aedo, aonde, tanto o historiador quanto o aedo se preocupam com a *kléos* (glória para o não esquecimento) daquilo que narram, mas também há suas diferenciações, que estão no fato de que o aedo entoia o *épos* (epopéia), com ênfase no individual e suas façanhas, enquanto o historiador se utiliza da prosa, voltada à coletividade e aos grandes feitos humanos em geral. Mas o caráter de maior diferenciação estaria ligado ao que Heródoto enuncia no proêmio: *historiês*. Outra contribuição importante é aquela que se assenta nos princípios de efeito de realidade presentes na narrativa herodoteana:

Tradução da diferença entre aquém e além, o *thôma* produz finalmente um efeito de realidade, como se dissesse: eu sou o real do outro. Com efeito, na esfera do outro, as coisas, os erga não podem menos que os *thomastá*. Nesse postulado repousa a verossimilhança. Na medida em que sua presença na narrativa produz um efeito sério, na medida em que cria um efeito de realidade (e há o efeito sério apenas porque há efeito de realidade), enfim, na medida em que repousa no olho-medida do viajante, o *thôma* é bem um procedimento para fazer-creer, desenvolvido pela narrativa de viagem. (HARTOG, 1999, 251)

Assim evidencia-se um meio de percepção e restrição dos seus objetivos (o que cerca o *erga megala te kai thômasta* do seu proêmio) e também uma preocupação

com a recepção de sua *historiês apodexis*, no seu processo de tradução do *outro*, de confrontação com o diferente e do efeito de crença a ser gerado nos seus ouvintes. Além disso, Hartog recupera no texto herodoteano as quatro marcas de enunciação do sujeito narrativo: eu vi, eu ouvi, eu digo, eu escrevo (HARTOG, 1999, 228). E é a partir dessas marcas de enunciação que:

“...o historiador firma todo o alcance declaradamente pretendido para a veracidade de sua narrativa porque atende aos reclamos de seu dever historiante: por vezes ajuíza a verdade dos informes, por vezes adverte sua incredulidade, por vezes meramente os expõe, por vezes deixa em suspenso esse juízo remetendo-o para a decisão do ouvinte/leitor. E por tais modos narrativos almeja persuadi-lo pela ambigüidade mesma dessa sua retórica discursiva.” (PIRES, 2000, 4)

Assim o próprio elemento de construção textual, a forma como Heródoto expõe suas fontes e seus informantes, suas opiniões e/ou suspensões de juízo, na análise de Hartog, muito dizem sobre seu método investigativo e contribuem para a apropria hermenêutica de seu texto.

Vê-se, portanto, que o *thôma* (maravilhoso), o *erga* (feito, obra, trabalho) e a *historiês apodexis* (exposição da investigação) são retomados e revalidados em Hartog⁹ para o melhor entendimento de Heródoto, junto ao instrumental hermenêutico de análise da narrativa e à antropologia histórica, que auxiliam ao se desvendar o processo de construção do conhecimento histórico presente nas *Histórias*.

Num outro tipo de análise, anos depois de Hartog, vem Keineth Waters (1985) e *Herodotos the Historian: his problems, methods and originality*. Waters se detém mais à composição e construção de um Heródoto historiador, buscando métodos (ou construindo-os no historiador grego) não enunciados. Primeiramente dá importância às viagens na formação de Heródoto e em sua investigação (WATERS, 1985, 24 e 25). Daí muitas das coisas que viu e ouviu iriam parar nos seus escritos finais, a partir dos relatos que coleta de sacerdotes egípcios ou não (além de outros informantes oficiais),

⁹ Aqui optamos por não discutir ainda a questão do *histor*, trabalhada por Hartog em seu *Espelho* e também em *A história de Homero a Santo Agostinho*. Não discutimos a mesma por entendê-la não como elemento central da análise dele, nem de suas contribuições às questões aqui abordadas. Por outro lado, ao se observar a *gnome* e *doxa*, seria interessante ter em mente sua ligação à tradição do *histor*, pois “a *historie de Heródoto, com seu zelo de guardar a memória do que aconteceu dos dois lados (gregos e bárbaros), conservará algo da posição do hístor como árbitro, mesmo se o historiador não é nem pode ser um hístor*”. (HARTOG, 2001, 35).

persas ou ainda de coisas dispersas que ouve. Waters percebe também aspectos que circundariam uma “filosofia da história” presente nas *Histórias*, o que pode ser atestado pela presença das crenças, atitudes morais e religiosas que se fazem presentes no decorrer da obra ou ainda, de forma geral, no imaginário grego do século V a.C. (WATERS, 1985, 96). Quanto a estrutura da obra, Waters observa suas digressões (o próprio livro IV seria uma delas, quando Heródoto se dedica à análise dos Cílios, trabalhados por Hartog, ou ainda em V,52-96; VI, 51-93, para citar apenas uns poucos exemplos) mas também vê nelas um caráter positivo, enriquecedor da obra que deve ser levada em consideração segundo as propostas que levanta para os gregos antigos e não para os historiadores modernos. A narrativa herodoteana seria fruto de influências literárias, quer épicas, com elementos genealógicos e temáticos bastante acentuados (WATERS, 1985, 61-62) quer trágicas, observadas pelas dramatizações perceptíveis em certas histórias que conta (I,8-13, como no caso de Gíges e Candaules ou I,30-45 na história de Creso, dentre outras).

Assim, Waters ressalta a formação de Heródoto conjuntamente à própria construção das *Histórias*, não se podendo dissociar Heródoto e sua obra. Também ressalta a influência do pensamento da época, quer o mítico quer o racional, gerando um tipo de “filosofia da história”. Tudo isso e suas múltiplas problemáticas seriam responsáveis por um certo caminho (método) na obra, o qual deve ser levado em consideração por qualquer historiador modernos que a leia.

Catherine Darbo-Peschansky em 1987 publica um livro bastante completo intitulado *O discurso do particular: ensaio sobre a investigação de Heródoto*, onde aborda a questão da verdade nas *Histórias*. A especificidade de suas investigações não chegaria a uma verdade absoluta como resultado, visto que isso seria impossível para os humanos, mas se chega a uma verdade relativa através da narrativa, pelo testemunho oral e da literatura, a qual ele escolhe como verdadeiro, conforme fala Paul Veyne no prefácio à obra de Catherine (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 10). Neste sentido imagina-se poder estender essa ideia declarada sobre a obra de Catherine como que uma extensão das modalidades de crença do próprio Veyne (1983), vistas como verdades historicamente construídas. No entanto Paul Veyne declara no prefácio o não sectarismo de Catherine, mas sua imersão no pensamento de Marcel Détiéne, Genette, Lois Gernet, Nicole Loraux, Vernant e Vidal-Naquet.

Ainda no prefácio Veyne declara, em consonância com Catherine, que o próprio saber para Heródoto é estar bem informado (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 10) e não deter a verdade sobre algo. E a análise de Catherine vai demonstrar grandes domínios historiográficos, teóricos e metodológicos e erudição de crítica da fonte observando alguns elementos que de certa forma avançam ao já enunciado por Hartog e também a outros que a antecederam. A *diké* (justiça, principalmente a divina) como o motor da história herodoteana (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 48 e 49), numa perspectiva filosófica do devir das ações humanas e suas implicações com a qualidade de seus atos. Outro ponto em que se detém Catherine é aquele em que interpreta as *Histórias* não de acordo com uma tradição já estabelecida, vendo digressões, lapsos e falta de unidade na obra. Ela vê a diversidade em Heródoto como indicativo da unidade de suas narrativas, unidade lançada num estilo de narrar (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 18). Seguindo alguns passos de uma interpretação discursiva já feita por Hartog, ao tratar dos princípios de enunciação da narrativa, Catherine vai mais além e aprofunda a análise, observando três categorias de discurso segundo o emissor: uma onde Heródoto se firma no *eu*, uma outra em *informantes* e por fim nos comentários que chama de *soltos*, impessoais no caso. No *eu*, afirma suas opiniões, o que viu, mediu, constatou. Nos *informantes*, o que ouviu, o que de qualquer modo tenha chegado aos seus ouvidos e ele reproduz. E os comentários *soltos*, dispostos aleatoriamente sem vinculação pessoal nenhuma, talvez fruto de especulação que se quer como impessoal. Assim chega-se a algum tipo de limite de informação por parte das fontes de Heródoto. Sabe-se que ele se apóia em boa parte a sua visão (*opsis*) e na sua audição (*akoe*). Veja-se por exemplo o excerto que indica Catherine, das *Histórias*:

Tudo que eu disse até agora é o resultado de minhas próprias observações (no texto lê-se do que tenho visto, *opsis*)¹⁰ de meu julgamento (no sentido de reflexões, *gnome*) e de minhas investigações (*historie*); daqui em diante me reportarei às crônicas egípcias, de acordo com o que ouvi (*ekouon*), acrescentando a isso algumas observações (novamente no sentido de *opsis*) feitas por mim mesmo. (II,99)

¹⁰ As observações são nossas, de acordo com Catherine, mas como utilizamos a tradução de de Mário da Gama Kury, conforme referências bibliográficas, há algumas alterações nas palavras traduzidas, mas mantemos o sentido, entre parêntesis, do grego).

Desta forma, delimita-se a *opsis* e a *akoé* (verbalmente conjugado acima como *eukouon*) e se papel nesse pequeno contexto, que à grande maioria pode ser estendido. Outro ponto importante que aparece no excerto e que na análise que Catherine faz das *Histórias* é importante é a *gnome* (opinião, julgamento reflexivo) que faz par com a *doxa* (crença, o que aparenta, opinião). *Doxa* e *gnome* estarão ligadas portanto a uma positivação da opinião, uma vez que a verdade é inatingível para os humanos. Mas o campo da verdade, em palavras, aparece em Heródoto, conforme o detalha Catherine:

Nas Histórias, o campo léxico da alethéia consiste de 81 ocorrência: 28 no próprio substantivo, 17 do advérbio alethéos, 34 do adjetivo alethes e 2 do verbo alethizomai. Somente em 15 oportunidades, Heródoto emprega esse vocabulário em declarações geralmente de menor importância. Tais declarações dividem-se de fato em quatro categorias: reservas em relação ao fato discutido, e isso por nove vezes; ou 'opiniões de verdade', em dois casos; ou ainda, em duas ocasiões, precisões eruditas de puro detalhe, sem comprometer de modo algum o conjunto da exposição em que se inserem; por fim, assertivas hesitantes, em dois casos apenas. (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 186)

Daí se associar a modalidades de crença, ou mesmo graus de verdade, contidos em opiniões recolhidas, em observações e declarações que apontam para uma *dóxa* ou *gnome*, mas que não soam como um tipo de verdade (*alethéia*) inatingível, como enunciamos há pouco. Catherine desenvolve essas questões minuciosamente, seja quantitativa seja qualitativamente. Por fim ela circunscreve um jogo que chama de *três tempos*, centrado na opinião, onde “...os informantes proporcionam opiniões sobre as quais, a seu turno, se exerce a opinião do investigador, enquanto o leitor ouvinte é convidado a apresentar a sua própria diante desse contexto.” (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 216). Tem-se, por conseguinte, segundo ela, um campo de verdades atingíveis pelos homens, *atrékéia* (exatamente) e *orthotes* (retidão, justeza, correção), pelos seus próprios meios (DARBO-PESCHANSKY, 1998, 216). Catherine contribui em muito no aprofundamento das questões aqui esboçadas. Fornece subsídios a outros diversos tipos de leituras e análises das *Histórias*, lembrando-se principalmente que ela as caracteriza como diversidade unida em torno de uma complexidade.

Num outro tipo de análise, não tão minuciosa quanto a de Catherine, Donald Lateiner, em 1989, cria o seu *The historical method of Herodotus*. Aqui segue a vertente

daqueles que trabalham com os elementos literários presentes na obra de Heródoto, tais como filosóficos, retóricos, políticos entre muitos outros, uma análise dos costumes literários nas *Histórias* (LATEINER, 1989, 5). Observa a forma como dentro da obra herodoteana se pode perceber (ou mesmo construir!) a estruturação de um método, seja de construção de um passado (mesmo que recente), mesmo que pela arte da retórica. Neste sentido Lateiner analisa também o proêmio das *Histórias*, observando suas categorias de enunciação, delimitação de objetivos e o suposto caráter de investigação (*historiês*) e esquadrinhação de uma obra em tão pouco espaço, realmente algo sintético e “didático”, imerso, obviamente, em sua complexidade. Outro aspecto que analisa é a própria forma que a exposição da investigação (*historiês apodexis*) toma, em seus aspectos de demonstração pela argumentação linear da narrativa, os critérios de credibilidade que tenta passar ao leitor/ouvinte, as versões de determinados acontecimentos, para os quais em alguns casos dá mais de uma versão e em outros apenas uma. Veja-se por exemplo:

Façam bom uso dessas histórias egípcias as pessoas que acreditam nelas. Quando a mim, meu objetivo ao longo de toda a obra é registrar tudo que me foi dito tal como ouvi de cada informante. (II,123)

Não sei se isso é verdade; escrevo o que se fala; mas tudo é possível...(IV, 195)

Ainda me causa admiração, no que ouvi dizer... (VII, 153)

No primeiro caso, um apelo à credibilidade pela certificação de que ele ouviu, supondo que seja de um interlocutor confiável, e reproduz tal qual chegou aos seus ouvidos. Aqui o mesmo mecanismo explorado por Catherine, da *akoe*, também presente nos outros dois excertos. Há também a argumentação de credibilidade à exposição que se liga ao mecanismo da *opsis*. Não analisados com a profundidade de Catherine, mas presentes implicitamente nas análises literárias de Lateiner que de sua forma tenta evidenciar um método em Heródoto. Outro ponto que observa é o da *poiesis* (no sentido de criação) do fato histórico, observando-os de acordo com o que constituiria um fato para um grego, aí a ligação com questões materiais de propriedade, etnografia (para resumir a ideia de culturas diversas e o interesse que porventura isso pudesse causar aos helenos), questões as quais tornariam a paternidade da história de Heródoto bastante discutida. Da análise de Lateiner, o ponto mais interessante talvez

seja aquele em que se detém ao sentido do método herodoteano e às suas peripécias explicativas dos acontecimentos. O evento e sua explicação em Heródoto, segundo a interpretação de Lateiner, poderia ser explicado por cinco sistemas: 1) inveja dividida; 2) ciclo e destino; 3) divindades; 4) ação e reação e 5) análises históricas de origens (em alguns dos pontos uma aproximação da ação da *diké*, *hybris*, esta como abuso ou insolência por parte dos homens, etc). Tais formas de explicação têm, em muitos aspectos, algo de filosofia da história também, para além de uma análise dos pressupostos epistemológicos em metodologia histórica. Tais perspectivas interpretativas estão, por sua vez, mais voltadas à explicação dos fatos, neste momento, que à sua própria construção. Não obstante, é nesse sentido que mais contribui Lateiner, a nosso ver, pois além de um horizonte exclusivamente voltado a um método direto, ele também busca os elementos sutis ou não que fornecem esse tipo de explicação para os acontecimentos e, de certa forma, para o próprio devir humano, reconhecendo as relações entre mundo humano e divino, suas problemáticas e a importância dessa ideia no contexto cultural grego do século V a.C.

Considerações finais.

E é na forma de cada um dos pesquisadores se portar diante do seu objeto (aqui como foco observamos o caso da historiografia sobre Heródoto) bem como dos demais fatores em torno da produção do conhecimento histórico que apontamos, de acordo com Hartog (produção acadêmica, releituras de fontes e atualização historiográfica), que dispomos os trabalhos e os historiadores aqui analisados. Podemos definir tais trabalhos como que pertencentes a uma historiografia bastante heterodoxa que, independente dos seus lugares de origem e/ou vinculação teórica, ou não, coincidentemente fizeram parte de uma década, a de 1980, de releituras dos aspectos da construção do conhecimento em Heródoto. Quanto às suas utilidades poderíamos dizer que (e isso é um olhar totalizante, uma vez que para sua utilização não é necessário ser vinculado a nenhum tipo de análise especificamente) o mais interessante é o aproveitamento daquilo que é mais útil à análise do objeto de quem vai utilizar os seus instrumentais. O que vale dizer é que a não vinculação a uma tendência interpretativa torna possível essa ecleticidade ao se construir uma própria metodologia de trabalho.

Desta forma, cada autor analisado representa uma contribuição a qualquer historiador que se aventure no mundo das releituras e re-visitações às *Histórias* de

Heródoto. Hartog com sua análise da *retórica da alteridade*, a análise da *histories* herodoteana, assim como outros autores, sua delimitação do campo do *thôma*, bem como outros detalhes na obra. Waters e sua análise da influência da formação de Heródoto, das suas viagens, da percepção de uma possível “filosofia da história”, da presença do caráter religioso e moral nas *Histórias*, análise das digressões e do método de coleta dos dados de Heródoto. Catherine e seu cercamento dos campos da *opsis*, *akoe*, *gnome e alethéia*, bem como sua análise da *historiês*. Lateiner e seu estudo sobre o literário na narrativa herodoteana, elementos de retórica na construção da narrativa, a *poiesis* do fato e a definição dos sistemas explicativos dos fatos nas *Histórias*. Cada um limita um campo de análise, propõe uma explicação e/ou interpretação, relê as *Histórias* e auxilia no seu entendimento. Muitos os utilizam com frequência em seus trabalhos, que por sua vez cercam também problemáticas as mais variadas (religião, política, literatura, gênero etc). E no meio do constante produzir conhecimento, reler fontes, interpretar e re-interpretar questões vale a perspicácia e rigorosidade do historiador ao cercar seu objeto, se utilizar do conhecimento que se acumula academicamente e criar seu instrumental de análise. Desta forma a renovação do conhecimento continua perene e, no caso de Heródoto e suas *Histórias*, malgrado os 2500 anos aproximadamente em que se ecoam considerações a seu respeito, ainda há muito que se descortinar, muitos campos a serem analisados, relidos, reinterpretados e, por fim, reconsiderados enquanto objeto do conhecimento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.

- ABBAGNANO, Nicola. *Dicionário de Filosofia*. Trad. Alfredo Bosi. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- ARISTÔTELES. *Os Pensadores*. São Paulo: Nova Cultural: 1999.
- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: PEA, 1997.
- BOURDÉ, Guy & Martin, Hervé. *As Escolas Históricas*. Lisboa: PEA, s.d.
- BURKE, Peter (org.) *A Escrita da História - Novas Perspectivas*. São Paulo: EDUNESP, 1992.
- CARR, Edward Hallet. *Que é História?* Trad. Lúcia Maurício de Alverga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.
- DARBO-PESCHANSKI, Catherine. *O discurso do particular: ensaio sobre a investigação de Heródoto*. Trad. Ângela Martinazzo. Brasília: EDUNB, 1998.

- GARDINER, Patrick. *Teorias da História*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 1995.
- HARTOG, François. *A História de Homero a Santo Agostinho*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: EdUFMG, 2001.
- _____. *O Espelho de Heródoto: ensaio sobre a representação do outro*. Trad. Jacyntho Lins Brandão. Belo Horizonte: EdUFMG, 1999.
- HERODOTUS. *Persian Wars*. Translation by A.R. Godley. Cambridge: Harvard University Press, 1986, Vol. I – IV. (bilingual edition greek-english)
- HERÓDOTO. *Histórias*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: EdUNB, 1998.
- HOBBSAWM, Eric. *Sobre História*. Trad. Cid Knipel Moreira. São Paulo: Cia das Letras, 1998.
- LATEINER, Donald. *The Historical Method of Herodotus*. Toronto: University of Toronto Press, 1989.
- MANNHEIM, Karl. *Ideologia e Utopia*. Trad. Sergio Magalhães Santeiro. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.
- PIRES, Francisco Murari. “Resenha: HARTOG, François. *O espelho de Heródoto*”. Texto capturado em setembro de 2002 no site www.ceveh.com.br.
- _____. *Mithistória*. São Paulo: Humanitas Publicações/FFLCH/USP, 1999.
- SCHAFF, Adam. *História e Verdade*. Trad. Maria Paula Duarte. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- TUCÍDIDES. *História da Guerra do Peloponeso*. Trad. Mário da Gama Kury. Brasília: EdUNB, 1986.
- VEYNE, Paul. *Acreditavam os gregos em seus mitos?* Campinas: Papirus, s.d
- WATERS, K.H. *Herodotus the historian: his problems, methods and originality*. Norman: University of Oklahoma Press, 1985.